

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1794607 - SC (2019/0026800-0)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA

**AGRAVANTE : LORENZON ADMINISTRAÇÃO E INCORPORAÇÃO
DE IMÓVEIS LTDA**

**ADVOGADOS : LUIZ ROBERTO DE ATHAYDE FURTADO -
SC004536
LUIZ MÁRIO BRATTI E OUTRO(S) - SC003971
LUIZ PAULO BRATTI - SC032867
LUIZ OTAVIO BRATTI - SC037237**

AGRAVADO : MUNICIPIO DE XANXERÊ

**ADVOGADOS : ADRIANO FRANCISCO CONTI - SC032161
FERNANDO DAL ZOT E OUTRO(S) - SC035504**

**AGRAVADO : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE
SANTA CATARINA**

**ADVOGADOS : LEONIR BAGGIO - SC006178
STÉFAN SANDRO PUPIOSKI E OUTRO(S) -
SC016485**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. INTERPOSIÇÃO CONTRA PROVIMENTO JURISDICIONAL COLEGIADO. INADMISSIBILIDADE.

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II – A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à inadmissibilidade de agravo interno contra acórdão, revelando-se, ademais, impossibilitada a aplicação do princípio da fungibilidade recursal, por constituir erro grosseiro. Precedentes da Corte Especial e das três Seções deste Tribunal Superior.

III – Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Gurgel de Faria votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministra Regina Helena Costa
Relatora

